

## O protagonismo das mulheres agricultoras da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais na conservação da sociobiodiversidade e na diversificação de estratégias econômicas

The leading role of rural women in Zona da Mata and eastern Minas Gerais in the conservation of sociobiodiversity and the diversification of economic strategies

Nayara Lopes de Castro<sup>1</sup>, Liliam Telles<sup>2</sup>, Thalita Rody Machado<sup>3</sup>, Alair Ferreira de Freitas<sup>4</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é compreender e evidenciar a densa vida econômica das mulheres rurais, ressaltando seu papel central na economia familiar, na soberania e segurança alimentar e nutricional e na conservação da sociobiodiversidade. Ele se justifica a partir da percepção de que boa parte das atividades protagonizadas pelas mulheres não é compreendida como “trabalho” produtivo, o que as marginaliza a uma posição acessória às atividades dos homens e invisibiliza sua contribuição para os núcleos familiar e comunitário. Em âmbito teórico, o projeto se apoia na economia feminista crítica, a partir da qual se discutirá a agroecologia e as relações de gênero no meio rural. A pesquisa foi desenvolvida por meio da metodologia qualitativa, baseada em um processo de pesquisa participativa, com o envolvimento de 12 agricultoras familiares da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais. Os métodos de coleta de dados foram: Cadernetas Agroecológicas, Questionário de Caracterização Socioeconômica e Mapa da Sociobiodiversidade. Os dados foram tabulados, tratados e avaliados utilizando software Excel. Foi evidenciado que as agricultoras são protagonistas de uma dinâmica social no campo que vai além da geração de renda, mas também provê segurança alimentar e nutricional, preservação e regeneração da sociobiodiversidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulheres; agroecologia; economia.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to understand and highlight the dense economic life of rural women, highlighting their central role in the family economy, in food security and sovereignty and in the conservation of sociobiodiversity. It is justified from the perception that a good part of the activities carried out by women are not understood as productive “work”, which marginalizes them to an accessory position to the activities of men and makes their contribution to the family and community nuclei invisible. Theoretically, the project is based on critical feminist economics, from which agroecology and gender relations in rural areas will be discussed. The research was

<sup>1</sup> Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira; Engenheira Agrônoma Técnica do Programa de Mulheres e Agroecologia; ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3549-3321>; E-mail: [nayara@ctazm.org.br](mailto:nayara@ctazm.org.br).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Viçosa; Doutoranda do Departamento de Economia Rural; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0488-9532>; E-mail: [liliam.telles13@gmail.com](mailto:liliam.telles13@gmail.com).

<sup>3</sup> Licenciada em Letras, mestra em linguística pela Universidade Federal de Viçosa; integrante do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA); ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2958-1711>; E-mail: [thalita@ctazm.org.br](mailto:thalita@ctazm.org.br)

<sup>4</sup> Universidade Federal de Viçosa; Prof. Dr. do Departamento de Economia Rural; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6770-6030>; E-mail: [alair.freitas@ufv.br](mailto:alair.freitas@ufv.br).

operationalized through a qualitative methodology, based on a participatory research process, with the involvement of 12 family farmers from Zona da Mata and Leste de Minas. The data collection methods were: Agroecological Logbook, Socioeconomic Characterization Questionnaire and Maps of the Agroecosystems. Data were tabulated, processed and evaluated using an Excel database. It was evidenced that women farmers are protagonists of a social dynamic in the countryside that goes beyond income generation, but also provides food and nutritional security, preservation and regeneration of sociobiodiversity.

**KEYWORDS:** women; agroecology; economy.

## INTRODUÇÃO

A economia formal ortodoxa não assume as atividades de subsistência – em geral, a reprodução social da vida – como uma preocupação analítica, valorizando apenas as atividades que possuem valor monetário ou equivalente de mercado. Isso implica, historicamente, que as atividades domésticas, impostas socialmente às mulheres, não sejam reconhecidas como “produtivas”, nem mesmo como trabalho, marginalizando-as a uma posição acessória ao homem, trabalhador produtivo e provedor. As desigualdades de gênero, portanto, são enraizadas na dinâmica histórica da sociedade humana, reproduzidas pela divisão sexual do trabalho e pelo patriarcado como base material das desigualdades e dominação masculina.

No meio rural, isso é evidente e explicitado pela rígida masculinização das atividades agrícolas, assentadas na figura institucionalizada do “homem do campo”, para quem são direcionados as tecnologias, a extensão rural e o crédito. A ciência e a prática econômica e agrônômica negligenciaram (e ainda negligenciam) o trabalho das mulheres agricultoras, contribuindo para invisibilizá-las ou marginalizá-las nos projetos e processos de desenvolvimento rural. Em uma investigação sobre esse fenômeno, Liliam Telles (2018, p. 16) afirma que os diferentes tipos de trabalho realizados pelas mulheres na produção, “ao serem considerados como extensão das atividades domésticas, são invisibilizados por duas vias: não são considerados como trabalho e não são reconhecidos por sua contribuição econômica”.

As estratégias de reprodução social das famílias no campo, principalmente a produção para autoconsumo, protagonizadas pelas mulheres e invisibilizadas pelas análises econômicas ortodoxas e pelo Estado, abarcam não somente a produção de alimentos em qualidade e diversidade, mas também permitem que a unidade familiar fique menos exposta às flutuações de preços do mercado, ampliando sua resiliência (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010). Nesse sentido, as atividades realizadas pelas mulheres e as diversas formas de trabalho que elas executam, convertidas ou não em moeda, são essenciais para a manutenção das famílias no campo – e de sua extensão em áreas

urbanas – e do tecido social no âmbito das comunidades e das organizações. As mulheres são, portanto, agentes fundamentais de manutenção da vida e promotoras da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN), entendida de acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Oliveira *et al.* (2021, p. 173), ao analisarem os quintais manejados pelas mulheres na Zona da Mata de MG, afirmam que a soberania alimentar, gerada pela autonomia na produção de alimentos, é um resultado fundamental do trabalho realizado por elas. Segundo estes autores, “[...] aconteça o que acontecer, a comida está garantida. Ademais, a qualidade dos alimentos promove a segurança alimentar, que repercute na saúde da família, o que é tão ou mais importante do que a renda”.

A relevância do trabalho das mulheres no campo tornou-se mais evidente durante a pandemia, quando as famílias tiveram seus espaços de escoamento da produção limitados pelas medidas de isolamento social. Dado o impacto direto na renda, esse cenário fez com que as famílias ficassem mais vulneráveis à condição de insegurança alimentar e nutricional. O inquérito realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em SSAN, na pandemia da Covid-19, apontou que, no meio rural, de 518 domicílios amostrados, 60% deles estavam em situação de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021). No entanto, como demonstrado por Telles *et al.* (2021), mesmo com o profundo impacto que a pandemia causou no meio rural, as agricultoras agroecológicas se mostraram protagonistas de iniciativas que aumentaram a resiliência em seus núcleos familiares e comunitários. Além da produção para o autoconsumo, se envolveram diretamente na construção social de mercados, de maneira individual e por meio de suas organizações, para responder aos problemas relacionados ao escoamento da produção, enfrentados por muitas famílias.

Percebe-se, na revisão da literatura especializada, uma tendência crescente de elaboração de pesquisas que se debruçam sobre os temas de gênero e o papel das mulheres na sociedade nos anos recentes. Não obstante, esse ainda é um campo científico com pouca representação nas ciências agrárias; assim, os estudos críticos que alçam as mulheres como protagonistas nos sistemas agroalimentares seguem limitados e com pouco alcance. Esse se torna um campo ainda mais restrito se olharmos para os trabalhos que referenciam as mulheres agricultoras, como afirmam Neto *et al.* (2015, p. 45):

Ainda são raros os estudos com enfoque no trabalho produtivo realizado pelas mulheres nos agroecossistemas. Em geral, destaca-se a atuação da família ou do homem, sem questionar as relações sociais de poder vigentes, o que reforça a invisibilidade e a desvalorização do trabalho feminino (NETO *et al.* 2015, p. 45).

No entanto, pesquisas, reflexões e materiais produzidos a partir dessa perspectiva podem subsidiar a elaboração e o aprimoramento de políticas públicas para as mulheres e pautá-las na agenda do Estado, ao reafirmarem o papel das agricultoras como agentes de segurança alimentar e nutricional e de dinamização econômica da agricultura familiar. Do ponto de vista das ações de assistência técnica e extensão rural, esse olhar pode orientar planejamentos institucionais e auxiliar a incorporação da perspectiva agroecológica e feminista à assessoria técnica, uma vez que explicita e valoriza o trabalho e as práticas das mulheres em seu cotidiano no campo.

Por isso, considerando a relevância do tema, este artigo tem como objetivo desvelar a importância do trabalho e a densa vida econômica das mulheres agricultoras na Zona da Mata e Leste de Minas Gerais e entender o papel que elas assumem para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e para a conservação da sociobiodiversidade. Este trabalho propõe reflexões que podem se somar a novos empreendimentos técnico-científicos, demonstrando que as mulheres são protagonistas das dinâmicas socioeconômicas e ecológicas que integram as estratégias de reprodução social no campo, que vão além da geração de renda operada por elas. Isso acontece a partir da compreensão do trabalho das agricultoras e suas relações sociopolíticas, da qualificação e mensuração das relações de trocas monetárias e não-monetárias, da identificação das espécies manejadas pelas agricultoras e da relação socioecológica que as agricultoras desenvolvem no desenho e no manejo de seus agroecossistemas.

## **UMA PERSPECTIVA FEMINISTA SOBRE ECONOMIA E AGRICULTURA**

A corrente neoclássica da economia é essa que estabelece relação entre valor (monetário) e utilidade; com isso, impossibilita valorizar e considerar de forma analítica, na organização da sociedade, aquelas atividades das quais não é possível extrair a mais-valia, ou seja, valoriza como atividade econômica somente aquilo que possui valor mercantil (LAPA, 2018). Não por coincidência, quando observamos quais são as atividades com atribuição de valor de mercado e quais são as marginalizadas, bem como quem as executa, podemos observar que é imposto socialmente às mulheres a maior parte das atividades que são “invisíveis”.

Segundo Cristina Carrasco (2003), quando olhamos para os trabalhos realizados nos lares, observamos, associada a eles, uma grande porção subjetiva, por se misturarem com as relações de

afeto. No entanto, ainda segundo Carrasco (2003), nas últimas décadas, a sociedade experimentou grandes mudanças em termos de ritmo e dinâmicas de trabalho, e as mulheres foram muito impactadas pela demanda de alta produtividade, uma vez que o mercado passou a absorver amplamente sua força de trabalho. Porém, uma vez que o bem-estar social não é o objetivo na perspectiva de lucro, as mulheres passam a viver de forma solitária as tensões causadas pela dupla presença nesses espaços de produção mercantil e reprodução social; essa tensão é uma resposta à contradição entre o objetivo da produção capitalista e o cuidado com a vida.

No meio rural, a divisão sexual do trabalho que marca as atividades executadas pelas mulheres é ainda mais rígida. Em um estudo realizado em Barra do Turvo/SP, Isabelle Hillenkamp (2019, p.310) aponta que “[...] esta divisão se justifica pelas supostas tarefas ‘pesadas’ desempenhadas pelos homens, enquanto as mulheres realizam trabalhos ‘leves’”. No entanto, conforme aponta Maria Ignez Paulilo (1987), o que define se o trabalho é leve ou pesado não é a quantidade de horas ou o esforço físico necessário para que o trabalho seja realizado, mas o sexo de quem o realiza.

E dessa maneira, a vasta contribuição do trabalho das mulheres no manejo dos agroecossistemas, na conservação da biodiversidade, na redução da insegurança alimentar e nas atividades de cuidados, são simplesmente esvaziadas de relevância. Para Miriam Nobre (2020), as mulheres é que são responsáveis por aqueles espaços que combinam variedades vegetais, que abrangem espécies medicinais, ornamentais, frutíferas e outras, além da criação de pequenos animais, cuja maior parte é direcionada ao autoconsumo. Estes espaços são também utilizados para a experimentação e para o cuidado com as sementes e mudas que querem reproduzir. Ainda, segundo a autora, “[...] as mulheres dedicam tempo e energia na agroecologia porque avaliam que lhes traz resultados. Elas valorizam a produção para o autoconsumo de alimentos saudáveis e variados que asseguram a boa saúde das pessoas com quem convivem.” (NOBRE, 2020, p.3).

Uma perspectiva crítica da economia feminista, portanto, possibilita analisar e dar visibilidade ao trabalho e ao papel que as mulheres desempenham na sociedade, pois coloca a sustentabilidade da vida como uma preocupação analítica fundamental. Desse modo, tal perspectiva contribui para desnaturalizar as práticas econômicas não mercantis assumidas pelas mulheres, ampliando a noção de economia e ressignificando a importância do trabalho invisibilizado realizado por elas (TELLES, 2018).

## METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa é classificada como qualitativa e se enquadra como pesquisa participativa, uma vez que as agricultoras, informantes-chave, são os próprios sujeitos da pesquisa, realizada entre janeiro de 2021 a janeiro de 2022. Segundo Tripp (2005, p. 448), “[...] a pesquisa-ação é participativa na medida em que inclui todos os que, de um modo ou outro, estão envolvidos nela e é colaborativa em seu modo de trabalhar”. Deste modo, contribui para uma ciência emancipatória e para um processo educativo coletivo e popular.

Para execução do trabalho apresentado neste artigo, foi adotada a metodologia da Caderneta Agroecológica, desenvolvida pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)<sup>2</sup> em conjunto com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MMZML) e com o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA). Baseada nos princípios feministas e da educação popular, a metodologia é composta por três instrumentos: a Caderneta Agroecológica, o Mapa da Sociobiodiversidade e o Questionário de Caracterização Socioeconômica. Sua aplicação permite mensurar, valorar e visibilizar o papel das mulheres na produção de riqueza (monetária e não monetária), na produção e conservação da sociobiodiversidade e na garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional de suas famílias e comunidades, por meio da produção de alimentos para o autoconsumo e das relações de reciprocidade (troca e doação).

As agricultoras familiares que participaram dessa pesquisa-ação estão vinculadas ao MMZML e aderiram voluntariamente ao trabalho, a partir da apresentação da proposta durante uma reunião com lideranças do movimento. As mulheres que demonstraram interesse em participar receberam as orientações por meio de visitas da equipe técnica do CTA-ZM e de um grupo de *WhatsApp*, definido como instrumento de comunicação rotineira ao longo da pesquisa. A apresentação da amostra da pesquisa será feita a seguir.

## QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

O Questionário de Caracterização Socioeconômica (QCS) foi aplicado entre os meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022, a fim de compreender o contexto no qual as mulheres estavam inseridas. Para isso, o instrumento aborda nove eixos temáticos: informações pessoais, propriedade,

---

<sup>2</sup> O CTA-ZM é uma organização não governamental que atua desde 1987 com a promoção da agroecologia junto ao público da agricultura familiar e que tem um programa específico para o trabalho com as mulheres na perspectiva feminista. Para saber mais, acesse: <https://ctazm.org.br/>.

composição familiar, acesso à água, acesso às políticas públicas, acesso a mercados, organização econômica, fontes de renda e participação social. A aplicação do QCS foi realizada em campo, pelas pesquisadoras, com cada uma das mulheres, de forma individual, seguindo os protocolos de biossegurança implementados pelo CTA-ZM no contexto da Covid-19.

Tabela 1 - Informações de caracterização do perfil das mulheres a partir do Questionário

Município	Agricultora	Idade	Cor/raça	Estado Civil	Escolaridade
<b>Acaiaca</b>	ZMA1	43	Preta	Casada	Superior Completo
	ZMA2	71	Preta	Casada	Médio Completo
	ZMA3	58	Parda	Divorciada	Médio Completo
<b>Diogo de Vasconcelos</b>	ZMDV1	45	Parda	Casada	Médio Incompleto
<b>Divino</b>	ZMD1	52	Parda	Casada	Fundamental Completo
<b>Espera Feliz</b>	ZMEF1	45	Preta	Casada	Fundamental Incompleto
	ZMEF2	49	Branca	Casada	Fundamental Incompleto
<b>Simonésia</b>	LMS1	41	Preta	Casada	Fundamental Completo
	LMS2	45	Preta	Casada	Fundamental Incompleto
	LMS3	47	Preta	Casada	Fundamental Incompleto
<b>Santana do Manhuaçu</b>	LMSM1	43	Parda	Casada	Fundamental Completo
	LMSM2	39	Branca	Casada	Fundamental Incompleto

Fonte: Elaboração própria.

Ao todo, participaram da pesquisa 12 mulheres, distribuídas em 06 municípios, conforme Tabela 1, acima. A fim de que suas identidades fossem preservadas, na apresentação desse artigo foi atribuído a elas um código que didaticamente identifica a região e o município por letras e as mulheres por números. A partir dos 12 questionários aplicados, sabe-se que a maioria das mulheres é casada, todas têm filhas/os e, somente em dois casos, os filhos não residem com a agricultora. Cinco delas se declararam pretas, cinco pardas e duas se declararam brancas.

## CADERNETA AGROECOLÓGICA

O instrumento se apresenta em um formato de caderno simples e de fácil apropriação, composto por páginas com quatro colunas em que são anotadas, diariamente, o que foi consumido, doado, trocado ou vendido, acompanhado pela quantidade e preço de tudo que é cultivado e manejado por elas em seus espaços de produção, como demonstrado na Figura 1, abaixo.





Este instrumento permitiu visibilizar aquelas espécies vegetais e animais manejadas pelas mulheres e que não circulam no mercado, como algumas espécies ornamentais, de plantas medicinais ou plantas tradicionalmente utilizadas para o autoconsumo. Além disso, é possível evidenciar o trabalho realizado pela agricultora e sua relação com os diferentes subsistemas, revelando quem é responsável pelos cuidados de cada subsistema ou tecnologia descritas.

## SISTEMATIZAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

Todos os dados produzidos pela Caderneta Agroecológica e pelo QCS são inseridos em uma base de dados no Excel e sistematicamente organizados e tratados para as análises, por meio de um processo de decodificação e categorização para a organização e classificação do conteúdo. Durante a anotação na Caderneta Agroecológica, é comum a ocorrência de algumas inconsistências e, por este motivo, é necessário proceder com o tratamento dos dados, para a análise. Ao avaliar a média mensal do valor anotado nas CAs de cada uma das mulheres, é possível perceber algumas variações pontuais ao redor da média. Nestes casos, a equipe registrou o que levou a essas discrepâncias nos dados – e que, em geral, têm relação com as dinâmicas de vida das agricultoras – e excluiu os dados *outliers*, para evitar que o valor da média fosse influenciado.

No geral, quando aconteceram variações muito acima da média, as causas estavam relacionadas ao eventual acesso às políticas públicas de compras institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e quando ficaram muito abaixo, estavam relacionadas aos períodos de chuva (janeiro e fevereiro), interrupção de alguma forma de escoamento de produção ou à condição de saúde da própria agricultora ou de familiares.

## CONDICIONANTES DA AÇÃO ECONÔMICA DAS MULHERES

Segundo os dados obtidos a partir do QCS, todas as mulheres possuem a agricultura como principal atividade econômica e, por outro lado, todas relataram serem as principais responsáveis pelo trabalho doméstico na família. Somente três declaram que trabalham fora esporadicamente, com a colheita do café ou fazendo faxina para algum familiar.

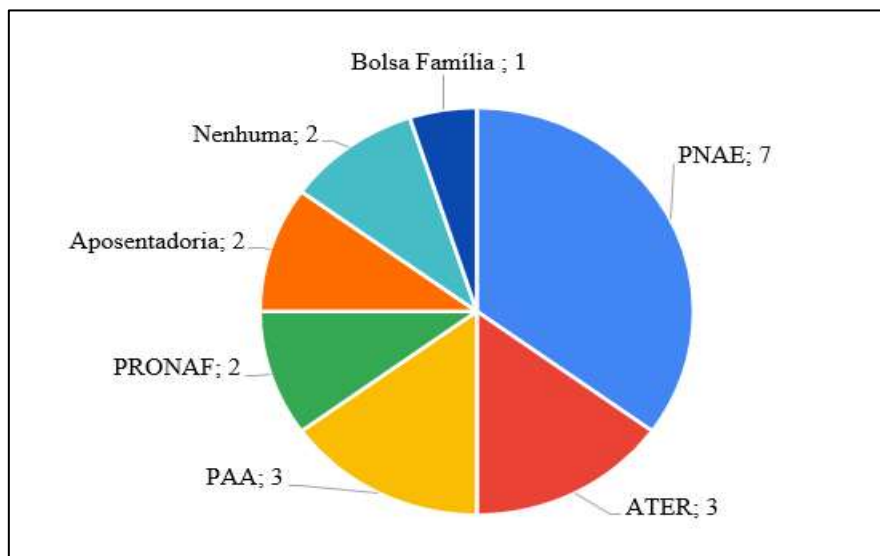
Quanto ao acesso à terra, apenas duas agricultoras relataram que ocorre por meio de contrato de comodato e cessão de uso. No entanto, somente cinco agricultoras possuem os nomes no documento da terra. Esse número revela como permanece desigual o processo de titulação, enraizado na dinâmica do Estado e das famílias. Segundo Carmen Deer e León (2003), cinco fatores condicionam a dificuldade de acesso à propriedade pelas mulheres: preferência pelo homem na

herança, privilégio masculino no casamento, preconceito masculino – tanto nos programas comunitários quanto em programas estatais de distribuição de terra – e preconceito de gênero no mercado fundiário.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), os dados da agricultura familiar demonstram que, de 5.073.324 de estabelecimentos agropecuários, apenas 19% eram dirigidos por mulheres. Em Minas Gerais, do total de propriedades rurais dirigidas por mulheres, 12,43% estão localizadas na mesorregião da Zona da Mata. A ausência de título da terra, portanto, afeta diretamente a relação das agricultoras e de seus companheiros, pai e irmãos, com a propriedade, sobretudo quando se trata de decidir e negociar sobre a utilização do espaço, onde se configuram relações de poder.

Sobre o acesso às políticas públicas, destacaram-se aquelas relacionadas à organização produtiva das agricultoras, como o caso dos programas de compras institucionais como o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Crédito Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ilustradas na Figura 2, abaixo.

Figura 2 – Políticas públicas acessadas pelas mulheres no momento da pesquisa

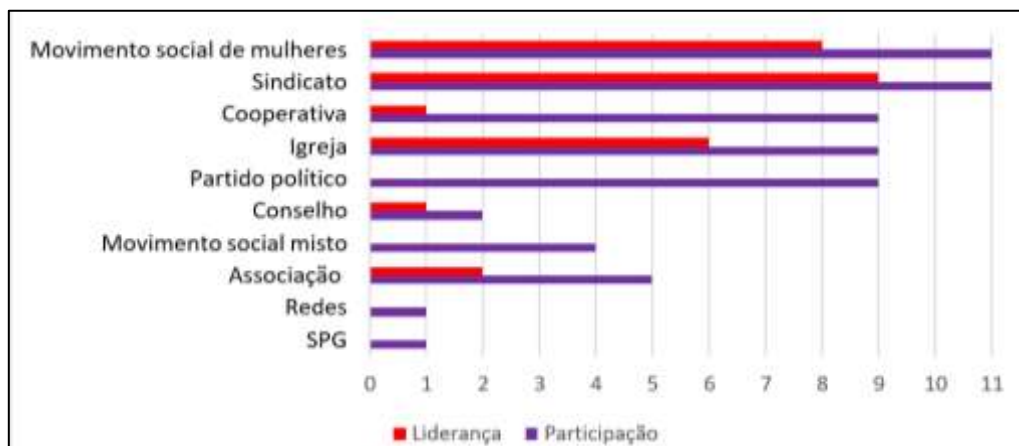


Fonte: Elaboração própria.

Foi interessante perceber que, em todos os casos, a agricultora relatou participar da produção dos itens comercializados, sendo que apenas cinco estão organizadas em grupos produtivos específicos de mulheres. No entanto, três agricultoras declararam que não participam da venda e quatro delas disseram que não são responsáveis por cuidar do dinheiro gerado pela venda dos produtos. Isso evidencia que, apesar de se envolverem substancialmente em diferentes etapas da

produção, parte delas não participa da decisão sobre o que é feito com os recursos gerados pela comercialização dos produtos e, ao mesmo tempo, têm seu papel, enquanto agentes econômicas, invisibilizado por processos sociopolíticos que colocam o homem no centro da atividade.

Figura 3 - Espaços de organização coletiva acessados pelas mulheres no momento da pesquisa



Fonte: Elaboração própria. Nota: “SPG” denota Sistema Participativo de Garantia.

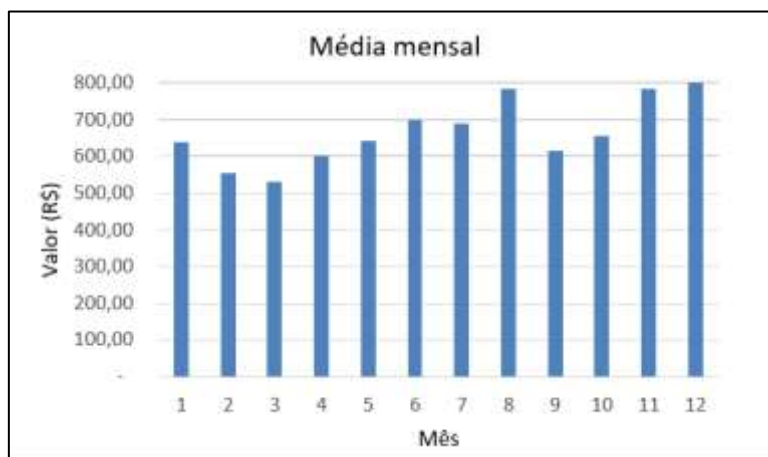
Os aspectos de participação social, conforme evidencia a Figura 3, acima, nos ajudam a compreender a densidade de tarefas e ambientes institucionais em que as mulheres estão inseridas, para além da esfera do trabalho doméstico. Na busca de conciliar as atividades públicas com as demandas familiares, elas vivenciam o conflito de divisão dos tempos, que leva à sobrecarga e as expõe a situações de violências. Em conversas com as mulheres nas visitas em campo, foi relatado por uma das agricultoras o constante desencorajamento que vive, por parte da família e colegas, em participar de organizações coletivas, com o pretexto de que ela não estaria cuidando bem do filho em função da participação nesses espaços públicos.

Na caracterização demonstrada pelos questionários, nota-se que o grupo de mulheres envolvido na pesquisa converge com o que é definido como um dos grupos mais vulneráveis pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia, elaborado pela Rede PENSSAN: mulheres que vivem no meio rural, em geral de baixa escolaridade e que se autodeclaram pretas. No entanto, o acesso às políticas públicas, a participação em organizações e a relevante produção de diversidade integradas a redes de agroecologia possibilitam superar ou enfrentar as situações de vulnerabilidade social pelas mulheres. O trabalho de campo evidenciou que as dinâmicas de participação sociopolítica e produção diversificada as deixam menos expostas aos impactos da perda de algum mercado, como ocorreu no caso da interrupção de feiras durante a pandemia.

## A CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA DA PRODUÇÃO DAS MULHERES

Obtido por meio da análise da média de produção gerada pelo somatório das quatro colunas de cada caderneta por mês, a Figura 4 demonstra que a produção econômica das mulheres mantém uma certa estabilidade, com pequenas variações ao longo do tempo. Esta estabilidade pode estar associada à diversidade da produção das agricultoras, que garante a oferta de produtos e alimentos ao longo de todo o ano e uma maior resiliência frente a variações de preço, intempéries climáticas, redução no acesso a mercados etc.

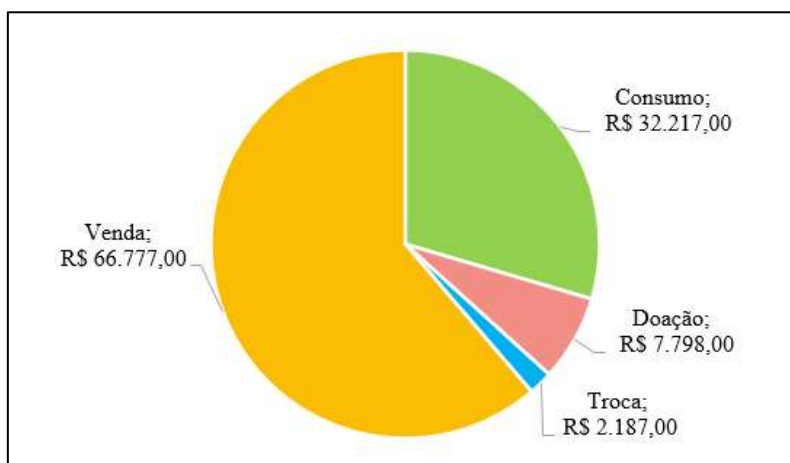
Figura 4 - Média mensal das anotações ao longo de um ano



Fonte: Elaboração própria

De forma geral, de acordo com a Figura 4 acima, em nove meses, as médias variam entre R\$500,00 e R\$ 700,00. Somente em três meses (agosto, novembro e dezembro) as médias mensais chegaram próximas de R\$800,00. Existe, ainda, o fator expressivo de sobrecarga do trabalho familiar e de cuidados. No questionário, 11 delas relatam que são as principais responsáveis pelo serviço doméstico, e somente uma relatou que as atividades em casa são bem divididas por quem mora na residência. A responsabilização social das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados gera ansiedade e exaustão, física e mental. Uma situação vivenciada durante a pesquisa explicita essa condição: uma das agricultoras, no final da gestação, não estava conseguindo manter a horta organizada e, por isso, recebia frequentes ameaças de seu esposo sobre “jogar veneno em tudo”, caso ela não manejasse.

Figura 5 - Valor total de anotação por relação econômica



Fonte: Elaboração própria

Apesar da sobrecarga a que são submetidas as mulheres, o trabalho da Caderneta Agroecológica evidenciou que sua contribuição econômica, monetária e não monetária, é expressiva. Ao somar o valor de todas as anotações ao longo de um ano, o resultado foi de R\$ 42.202 para as relações não monetárias (consumo, troca e doação) e de R\$ 66.777 para itens comercializados ao longo do ano, como demonstrado na Figura 5, acima.

É importante ressaltar que esse valor monetário atribuído às trocas não-mercantis é apenas uma referência que possibilita tornar visível publicamente a contribuição econômica das mulheres. No entanto, entendemos que o valor dessas relações estão muito além do que o mercado poderia atribuir. Diz respeito, sobretudo, à resiliência gerada em momentos de vulnerabilidade, como na pandemia da Covid-19, em que as famílias tiveram seu poder de compra reduzido. Em períodos de crise, como o mencionado, esses alimentos continuaram sendo ofertados à família e à comunidade; do contrário, esses itens precisariam ser comprados ou, então, deixariam de ser consumidos.

## A PRODUÇÃO DAS MULHERES E A GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Diferentes estudos (SILIPRANDI, 2015; TELLES *et al.*, 2019) afirmam o papel da produção diversificada e agroecológica das agricultoras para a SSAN das famílias. O relato feito pela agricultora de Espera Feliz, ao ver os resultados de sua caderneta, ilustra essa afirmação:

Temos que reforçar para as famílias produzir variedades nos quintais [...]. Mostrar que não é só o café que gera renda, as variedades são para alimentação da família e tem gente que planta café e só come feijão com arroz, acaba gastando. [...] Estamos chegando numa época que quem tem produção familiar e agroecologia tem mais chance de sobreviver e não passar fome (ZMEF2).

Esse relato evidencia a importância do trabalho das mulheres na diversificação dos agroecossistemas e na produção para o autoconsumo, reafirmando o seu papel como agentes econômicas e para a segurança alimentar e nutricional de suas famílias e da comunidade.

Tabela 2 - Diversidade de itens reportados, por relação econômica, sem repetição

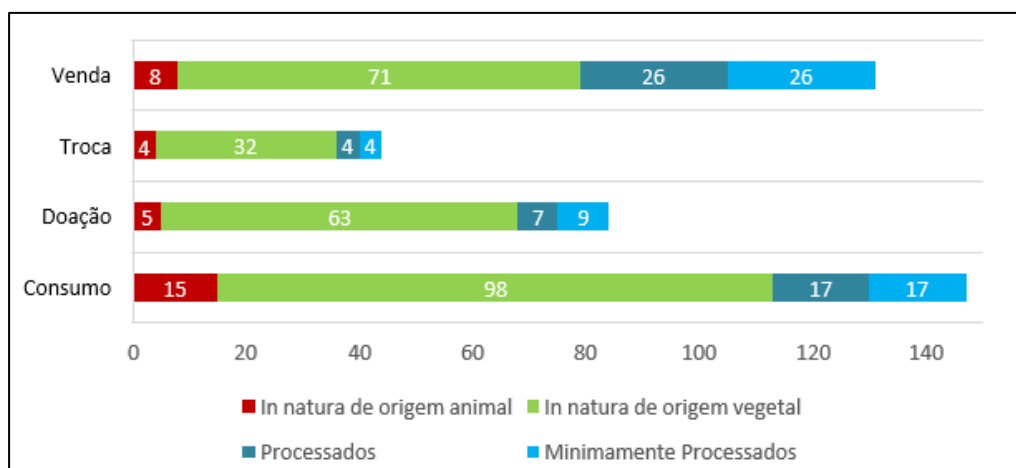
	Alimento	Serviço agrícola	Plantas medicinais	Artesanato	Mudas e sementes	Plantas ornamentais	Insumos	Total
<b>Consumo</b>	146	1	22	3	2	1	1	176
<b>Doação</b>	84	0	12	3	14	3	2	118
<b>Troca</b>	44	0	3	0	11	0	0	58
<b>Venda</b>	131	0	26	1	5	0	2	165

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 2, acima, evidencia a grande diversidade de espécies e variedades manejadas pelas mulheres, especialmente nas relações socioeconômicas de consumo e venda. Nas Cadernetas analisadas, foram encontrados, ao todo, 263 itens anotados sem repetição; 194 estão classificados como alimento, e desses, 121 são produtos *in natura*, demonstrando a relevância do protagonismo das mulheres rurais ao sustentarem a soberania e segurança alimentar e nutricional da família e de suas comunidades. Essa classificação por graus de processamento dos alimentos está embasada no Guia Alimentar Para a População Brasileira (2014). Em todas as relações socioeconômicas anotadas nas cadernetas, os alimentos *in natura* de origem vegetal apresentaram a maior diversidade, com 106 tipos diferentes, conforme apresentado na Figura 6, abaixo. Neste grupo de alimentos, a produção para autoconsumo apresenta a maior diversidade, e surpreendentemente, a coluna da doação chega muito próximo da diversidade que foi atingida na venda.

Embora apresentem, coincidentemente, as mesmas quantidades, os itens presentes na categoria de minimamente processados e processados são diferentes. Segundo a classificação do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASL, 2014) citado acima, passam a ser considerados como produtos processados aqueles itens que sofrem incremento de açúcar, sal e gorduras. No caso dessas agricultoras, o processamento está presente, principalmente, nas panificações e quitandas. Já os itens minimamente processados incluem remoção de partes não comestíveis, fragmentação, desidratação e torragem, por exemplo.

Figura 6 - Distribuição da origem dos alimentos



Fonte: Elaboração própria

Dos alimentos *in natura* de origem vegetal que compõem essa importante fração presente nas relações socioeconômicas, os itens olerícolas, presente nas hortas, são os mais expressivos, seguidos pelas frutas. Ao todo, foram anotadas nas cadernetas 52 produtos olerícolas e 36 frutas, sem repetição.

## O PAPEL DAS MULHERES NA PRODUÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Na descrição feita pelas mulheres sobre a organização do trabalho e a ocupação dos espaços da propriedade e suas interações, foi nítido o fato de que elas estão presentes em mais espaços do que os homens, como demonstra a figura 7. No geral, ou o trabalho é dividido entre homens e mulheres, ou ela é a principal responsável pelo trabalho, sobretudo nos ambientes de maior diversidade, como no manejo de hortas, espécies medicinais e ornamentais, criação de pequenos animais e dentro da própria residência. Na maioria dos casos, o homem não está sozinho em nenhum ambiente, o manejo feito somente pelo homem apareceu em apenas três casos: Talhão e milho, cultivo de banana, tanque de peixe e uso de trator.

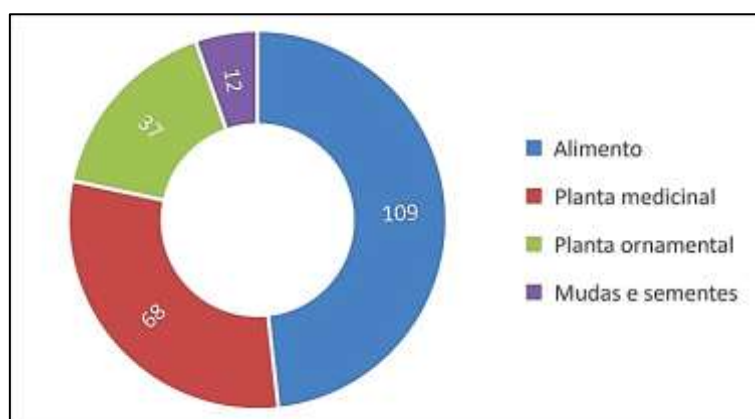
Figura 7 - Mapa da Sociobiodiversidade, letra “M” representa a mulher e “H” o homem



Fonte: Elaboração Própria.

O Mapa da Sociobiodiversidade evidencia que as mulheres manejam e são as guardiãs de uma enorme variedade de plantas ornamentais e espécies medicinais. A Figura 8 demonstra as variedades identificadas nas propriedades a partir do Mapa da Sociobiodiversidade, excluindo-se aquelas que já haviam sido descritas nas CAs. A complementariedade das metodologias fica nítida, particularmente no grupo “alimento”, com a presença substancial de novas espécies e variedades não discriminadas nas CAs. Isso se deve ao fato de que muitas vezes as agricultoras não conseguem anotar tudo aquilo que utilizam, seja pelo uso em pequenas quantidades ou pela pouca valorização de algumas espécies que nascem espontaneamente. Ainda, é possível que algumas espécies não sejam utilizadas para o autoconsumo, doação, troca ou venda e, por isso não tenham sido notificadas nas CAs, somente nos mapas.

Figura 8 - Número de itens reportados nos mapas por diversidade de grupos.



Fonte: Elaboração própria



Quanto à classificação da origem dos alimentos, aqui foram observados 93 novos produtos de origem vegetal e 16 de origem animal. Como nos Mapas da Sociobiodiversidade não são registrados itens processados, todos esses se referem a produtos *in natura*. Dos alimentos de origem vegetal, foram sistematizados 59 novos tipos diferentes de frutas, 24 produtos olerícolas, 08 temperos e especiarias, e 02 grãos.

O conjunto das metodologias, portanto, aponta para um total de 478 produtos diferentes manejados por essas 12 agricultoras envolvidas na pesquisa, divididos conforme a Tabela 3, abaixo. São 29 tipos de alimentos *in natura* de origem animal e 210 *in natura* de origem vegetal. Esses estão divididos em 93 frutas, 87 produtos olerícolas, 20 temperos e especiarias e 10 grãos.

Tabela 3 - Quantidade de itens por grupo, sem repetição, nos dois instrumentos

Grupo de item	Quantidade
Alimento	298
Plantas e preparo medicinais	103
Plantar ornamentais	37
Mudas e sementes	33
Artesanatos e trabalhos manuais	4
Insumo	2
Serviço agrícola	1

Fonte: Elaboração própria

Os dados apresentados evidenciam a importância do trabalho das mulheres com um duplo papel: garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional de suas famílias e comunidades e, ao mesmo tempo, produzir e conservar a sociobiodiversidade, por meio de uma lógica de produção voltada para o autoconsumo e com alta diversidade. Esses dados corroboram o estudo produzido por Howard (1993), que afirma que em todo o mundo e, particularmente nas regiões tropicais ricas em biodiversidade, as mulheres são as que manejam a maior parte dos recursos vegetais utilizados pelo ser humano. Segundo a autora, as mulheres são as principais responsáveis pela conservação *in situ* e pelo manejo de plantas úteis, porque, ao longo da história, o seu trabalho cotidiano com os cuidados com a saúde e com a alimentação, construído socialmente, tem exigido mais deste tipo de conhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados observados revelam a centralidade que as mulheres assumem na reprodução social das famílias envolvidas na pesquisa. Em vista disso, o presente artigo não propõe que seja feita uma generalização ou extrapolação dos dados observados a partir da amostra, mas sim corroborar com outros trabalhos já produzidos sobre o tema, somando-se a esses. São dados que não apenas

reafirmam tal condição, mas demonstram suas contribuições socioecológicas e econômicas ao explicitarem o volume de produção e de atividades por elas mediados, a soberania e segurança alimentar e nutricional que promovem, além de seu papel na conservação da sociobiodiversidade em seus territórios.

Revelar esses aspectos só foi possível por meio do processo de pesquisa adotado, com o uso da metodologia das Cadernetas Agroecológicas, o qual possibilita que as mulheres registrem cotidianamente sua produção e revela o seu papel decisivo na economia familiar e na diversificação em seus agroecossistemas. Também é possível concluir, com essa pesquisa, que o uso das Cadernetas Agroecológicas, além de um rico processo de registro de dados, configurou-se como processo pedagógico de construção de consciência e autonomia das mulheres, que passam a conhecer e reconhecer sua importância para a família e a comunidade.

As agricultoras realizam manejo e gerenciam uma variedade significativa de produtos, os recursos que geram ou economizam através desse processo são substanciais para a reprodução social das famílias e suas comunidades. Por isso, elas não podem, em nenhum nível, serem alçadas como “acessórias” aos homens. As análises econômicas sobre agricultura familiar devem estar comprometidas em considerar a vida econômica das mulheres e todas as formas de produção de valor e reprodução social da vida no campo, não apenas a produção de produtos agrícolas para a venda nos mercados. Nesse contexto, as mulheres são e precisam ser reconhecidas como protagonistas.

As mulheres são, ainda, agentes de promoção da soberania e segurança alimentar no campo. Elas cultivam e manejam, cotidianamente, diversos tipos de alimentos, com diferentes sazonalidades, que abastecem as famílias ao longo de todo o ano, ofertando uma variedade enorme de produtos saudáveis para a alimentação, e fazem isso a partir do seu espaço de protagonismo na propriedade: os quintais.

Além do referido acima, conclui-se, também, que as mulheres são guardiãs da biodiversidade, pois, como demonstrou a pesquisa, elas manejam centenas de espécies de plantas e animais, protegendo-as e tornando-as parte de seu território. As mulheres valorizam a diversidade de espécies na composição de suas paisagens e aproveitam isso para diversas funcionalidades: uso medicinal, alimentação, estética, sombras etc. E esse componente se articula com os demais, pois a produção de alimentos é parte da paisagem biodiversa que as mulheres coproduzem e gerenciam.

**REFERÊNCIAS**

- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, set. 2006.
- BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Atenção Básica, 2014.
- CARRASCO, C. Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, NALU e NOBRE, MIRIAM (Orgs.). **A produção do viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003.
- DEERE, C.; LÉON, M. Diferença de gênero em relação à bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Sociologias**, nº 10, pp 100-153, 2003.
- GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentária**, v. 16, n. 31, p. 65-79, jul. 2010.
- HILLENKAMP, I. ¿Cultivar Su Autonomía? La Agroecología De Las Agricultoras Brasileñas. **Revista de Antropología Social**, 28, no. 2 (2019)
- HOWARD, P. *The Major Importance of ‘Minor’ Resources: Women and Plant Biodiversity*. International Institute for Environment and Development, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep01807>. Acesso em julho, 2023.
- IBGE. Censo Agropecuário – 2017: **Resultados definitivos**. IBGE, 2019. Disponível em: [agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](http://agro_2017_resultados_definitivos.pdf) (ibge.gov.br). Acesso em junho, 2022.
- JALIL, L.; CARDOSO, E.; RODY, T., Oliveira, J. As Cadernetas Agroecológicas e a construção do saber feminista. In: RODY, T.; TELLES, L (Orgs.) **Caderneta Agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021. p.14-28. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-o-saber-e-o-fazer-das-mulheres-do-campo-das-florestas-e-das-aguas-389.pdf>. Acesso em novembro, 2023.
- LAPA, T. S. Divisão sexual do trabalho sob a ordem neoliberal. In: GRECCO, F.; FURNO, J.; TEIXEIRA, M.. **Dossiê Economia Feminista**. Temáticas, Campinas, 26, (52): 247-284, ago./dez. 2018
- NETO, A. A. Lopes et al. Caderneta Agroecológica empoderando mulheres, fortalecendo a agroecologia. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 12, n. 4, dez. 2015, p. 42-47. Disponível em: [http://aspta.redelivre.org.br/files/2019/09/Agriculturas\\_V12N45-Artigo7.pdf](http://aspta.redelivre.org.br/files/2019/09/Agriculturas_V12N45-Artigo7.pdf). Acesso em: março, 2022.
- NOBRE, M.. Agroecologia e economia feminista: tecendo a sustentabilidade da vida. **Revista NEADS**, v.1 n.1, 2020.
- OLIVEIRA, R.; LOPES, I.; CRUZ, N.; CARDOSO, I. Quintais da agricultura familiar: Relíquias do passado, pérolas, do presente, tesouros do futuro. In: RODY, T.; TELLES, L. (Org): **Cadernetas**

**agroecológicas:** O saber e o fazer das mulheres do campo, da floresta e das águas. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021, p. 166- 185.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro – RJ, v. 5, n.28, p. 64-70, 1987.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR - Rede PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN)**. 2021. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf) . Acesso em: março. 2022.

SILIPRANDRI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

TELLES, L. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a experiência das mulheres de Barra do Turvo**, SP. 2018. 171 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/26796> . Acesso em: março. 2022.

TELLES, L.; RODY, T.; CASTRO, N. L.; SANTIAGO, C. M.; HILLENKAMP, I. Vulnerabilidades e resiliência de agricultoras agroecológicas face à pandemia da Covid-19: a experiência das agricultoras agroecológicas da Zona da Mata de MG. In: NOBRE, Miriam (Org). **Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia** (pp. 49-71). São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2021.

TELLES, L.; SCHOTTZ, V.; ALVARENGA, C.; YUSUKI, S. S. Mulheres do Vale do Ribeira-SP semeando Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional. In: **Mulheres e Soberania Alimentar: sementes de mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019. 136p.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Tradução de: Lólio Lourenço de Oliveira. **Educação e Pesquisa**, 2009, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez.